

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 226

2 de novembro de 2013

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos. Sejam bem-vindos.

Hoje usarei dois textos que publiquei no Facebook, os quais foram escritos já mais ou menos tendo em vista esta aula. Eu ali escolhi como uma espécie de resumo e personificação da Escola Analítica o livro de Michael Dummett *The Logical Basis of Metaphysics*, sobre o qual estou comentando.

Evidentemente, logo apareceu alguém dizendo que Michael Dummett não representava toda a Escola Analítica, mas apenas uma ala desta. Ora, essa objeção poderia ser feita, praticamente, a qualquer autor que escolhêssemos para representar qualquer corrente de pensamento hoje em dia. Eu lhes lembraria o texto de Wolfgang Stegmüller que há tempos estudamos aqui, no qual ele faz uma descrição do processo de esfacelamento da unidade da filosofia ao longo dos últimos, digamos, um século e meio, em que se parte de uma situação onde há um debate filosófico entre correntes mais ou menos identificáveis e a coisa vai se subdividindo sucessivamente. Com a criação de novas escolas, novas tendências etc., o diálogo se torna absolutamente impossível porque, primeiro, as pessoas já não podem se entender umas às outras, não existe mais diálogo filosófico, mas uma espécie de fracionamento, um feudalismo filosófico, onde cada um se fecha em seu terreno; segundo, internamente, os nomes das escolas se tornam enganosos. Por exemplo, dentro do marxismo há vinte ou trinta correntes absolutamente incompatíveis umas com as outras, não só incompatíveis em pontos em que se possa identificar o motivo da dissensão, mas incompatíveis com sua própria formulação do que é filosofia e na formulação de sua própria atividade. Se escolhermos como representante do marxismo, por exemplo, Henri Lefebvre ou Lucien Goldmann, sempre vai aparecer alguém dizendo “Ele não me representa”. A objeção, portanto, não faz realmente o menor sentido.

Esclareço mais ainda: as observações que faço aqui, partindo do texto de Dummett, se tornariam ainda piores se eu tivesse tomado como exemplo algum texto mais antigo da Escola Analítica, como por exemplo o de Rudolf Carnap *A Sintaxe Lógica da Linguagem*. Aliás, já fiz essa mesma análise há mais de dez anos, em um curso que dei em São Paulo, usando os textos de Carnap. Na verdade, usei os de Michael Dummett, porque não sabia onde havia colocado o livro de Carnap. Esta análise, portanto, ficaria ainda mais dramática se em vez de usar os textos de Dummett, usasse os de Carnap — coisa que ainda farei, pois não creio que esse texto tenha entrado aqui neste curso; nós nunca usamos *A Sintaxe Lógica da Linguagem*.

Os meus textos do Facebook provêm de uma brincadeira com Eli Vieira, sujeito que andou espalhando umas bobagens pela *internet*, inclusive chamando a atenção desses discutidores. Uma coisa notável que aparece neles é a absoluta falta de domínio da linguagem, da capacidade de escrever de uma maneira que tenha alguma continuidade, alguma expressividade; a redação é sempre subginasiana. Isso já virou uma coisa endêmica no Brasil. Esperar alguma elegância,

alguma graça no que eles escrevem já é demais. Isso, é claro, é fruto da alfabetização pelo socioconstrutivismo. Na medida em que os alunos educados pelo socioconstrutivismo não são capazes de apreender as regras gerais da linguagem — tendo eles de criá-las ou de tentar abstraí-las do ambiente —, é como se cada um tivesse de inventar a linguagem de novo. Esse processo evidentemente jamais termina, não se cria uma área comum de intercâmbio lingüístico — não existe mais isso — e, por isso, não existe mais literatura, pois esta depende desse intercâmbio: os escritores lêem-se uns aos outros e ecoam uns nos outros.

À medida que lemos vários romances, por exemplo, aprendemos a ver a experiência humana sob várias estruturas e ordens narrativas possíveis, e aprendemos várias maneiras diferentes de expressar lingüisticamente nossa experiência dos acontecimentos transcorridos no tempo. Isso cria uma área de intercâmbio de experiências e visões, e é daí que surgirão naturalmente os novos escritores.

Numa situação como a que temos hoje, a participação de um indivíduo na experiência lingüística de outro é quase impossível, porque não existe uma linguagem comum da qual possam se diferenciar as várias linguagens individuais, há somente as linguagens individuais e grupais. Com isso, as pessoas ficam ali como cego em tiroteio, não entendem o que os outros dizem, não conseguem explicar o que elas mesmas estão querendo dizer e fazem confusões absolutamente fantásticas.

Uma confusão que me chamou realmente a atenção é um cacoete que vem sendo repetido entre muitos camaradas, sobretudo dos que vêm da área de engenharia e de física, dizendo a meu respeito: “Ele contestou a teoria de Newton!”. Ora, não me lembro de ter sequer falado algo a respeito da teoria de Newton. O de que falei foram duas coisas. A primeira, de que a noção de movimento de Newton não era tão diferente da noção de Aristóteles quanto parecia e quanto fora alardeada. A idéia de uma revolução em vez de uma continuidade me parecia uma charlatanice, mas isso não modifica a teoria de Newton, e sim a interpretação histórica que se fez dela. Estou falando da noção que o próprio Newton, seus continuadores e os historiadores criaram a respeito da teoria. Trata-se de uma interpretação histórica, estou contestando a interpretação histórica e não discutindo a própria teoria. Segunda coisa: as noções de espaço absoluto e de tempo absoluto não fazem o menor sentido, são coisas perfeitamente inexistentes.

Raciocinar com essas puras invenções e criações da mente gerou um mau hábito na cultura ocidental, resultando na criação da Escola Mecanicista e em todas as concepções que surgem no Iluminismo — na Revolução Francesa —, em que a sociedade humana aparece como uma máquina que pode ser planejada de antemão.

Isso tudo não tem absolutamente nada a ver com o conteúdo da teoria de Newton. Quanto ao conceito de espaço e tempo absolutos, quem os contestou não fui eu, mas Poincaré e Einstein. Não é que eles contestaram, eles demonstraram que essas duas coisas não podem existir de maneira alguma. Daí — vejam o nível da discussão; é uma coisa de ficar assustado —, aparecem pessoas dizendo: “Ah, mas como é possível que as aplicações da teoria de Newton em engenharia dêem certo?”. Ora, a unidade do metro, quando foi fixada, no tempo da Revolução Francesa, foi por um cálculo errado por vários metros. Nossa unidade do metro não corresponde realmente àquela proporção do diâmetro terrestre que eles imaginaram. Nem por isso o sistema métrico vai deixar de funcionar. Ao contrário, vai funcionar do mesmo modo como funciona o sistema inglês (com pé, polegada etc.), porque naquela época a noção de espaço absoluto e tempo absoluto funcionava como referencial hipotético, como unidade de comparação.

Não entendo como se dá um diploma universitário a alguém que não entende que unidades e medidas hipotéticas funcionam e que acredita que, se funcionam, é porque correspondem a algo na realidade. Nenhuma unidade de medida corresponde a nada na realidade, todas elas são inventadas,

mesmo porque não há o mínimo motivo para que se meça uma coisa tomando em comparação uma determinada outra e não uma terceira. Em vez de o pé do rei, poderíamos determinar como unidade de medida uma pata de cavalo ou o tamanho de uma tartaruga; funcionaria do mesmo jeito, desde que o sistema continuasse sendo usado coerentemente.

O fato de esses dois conceitos de Newton não corresponderem a nada existente, não pode afetar de maneira alguma o funcionamento da própria teoria de Newton. O que pode atrapalhar é o raciocínio dos outros, porque Newton acreditava que essas coisas existiam realmente. O funcionamento do sistema métrico não depende de que se acredite realmente que ele corresponda a uma certa proporção do diâmetro terrestre; se, ao contrário, você acredita que corresponda, irá tirar outras conseqüências, as quais não têm nada a ver com o funcionamento do sistema, e as pessoas serão induzidas ao erro.

Esta análise que estou fazendo é uma coisa que o indivíduo deve perceber de modo intuitivo e imediato. Quando ele confunde a contestação de uma interpretação histórica com a contestação da própria teoria é evidente que não tem inteligência para freqüentar uma aula do ginásio do meu tempo. Naquela época, o sujeito que não entendesse isso seria considerado burro. Hoje isso é normal, as pessoas são ensinadas e julgadas por outras que são tão burras quanto elas. O sujeito tira um título universitário porque o orientador justamente não entende o que está escrito. O aluno não entende o que o orientador diz e este também não entende o que aquele escreve, dando-lhe a nota a esmo: eis o que acontece hoje. Alguém duvida que seja assim? Por acaso, algum de vocês vive essa experiência — que seria normal — de ter um orientador que entende perfeitamente a sua proposta e é capaz de ter um diálogo em profundidade a respeito? É claro que não. Ao contrário, é tudo uma espécie de ritual de faz-de-conta. Que ocorresse esse ritual de vez em quando, não alteraria o curso normal das coisas. Acontece que isso virou regra, está endêmico no Brasil. Isso quer dizer que os títulos universitários obtidos não significam mais nada, pois não garantem que o sujeito entenda do assunto. Se o indivíduo não entende nem o que está lendo ou dizendo, com que tipo de pessoa estaremos discutindo?

Nesse confronto que tive com o Sr. Bertone — que o pessoal chama de Boca Bertone —, é notável a todo momento que ele não entende o que está dizendo. Há até um parágrafo em que ele dá tal informação, cita como fonte Boris Fausto e diz estar citando uma outra. Porém, o único autor mencionado no parágrafo é o Boris Fausto; os outros, ele cita a respeito de outro assunto, três ou quatro parágrafos antes, e diz: “Segundo o mesmo historiador que eu citei”. Ora, qualquer leitor entende que quando se diz isso, refere-se ao último citado. Isso é um conhecimento intuitivo; ninguém precisaria ensiná-lo. Se você diz “O historiador que eu citei”, e não menciona o nome, supõe-se que se trata do último. Por outro lado, se ele dissesse “Segundo um dos historiadores que eu citei”, ou “Segundo o que citei três parágrafos atrás”, entenderíamos tratar-se de outro. Como é possível tamanha incapacidade, tamanha canhestrice no domínio da linguagem?

A quase totalidade das discussões que aparecem são baseadas somente na incompreensão da linguagem: as pessoas não entendem o que estão lendo. Se as pesquisas mostram que 40% dos alunos das faculdades são analfabetos funcionais, por que supor que entre os professores a taxa de analfabetos funcionais será menor? Ademais, o fato de 40% serem analfabetos funcionais não quer dizer que os outros 60% leiam perfeitamente e tenham uma grande compreensão da linguagem; talvez tenham uma compreensão rasteira, não chegando ao nível do analfabetismo funcional. No Brasil isso se tornou normal. É exatamente por isso que a “produção científica” das nossas universidades nunca é citada na bibliografia estrangeira: ela não significa nada, nada dela se aproveita e não tem utilidade alguma para o estudioso estrangeiro, pois trata-se de trabalhos feitos apenas para cumprir uma rotina ou exigência burocrática. É como apresentar uma certidão de nascimento para tirar uma carteira de identidade: o fato de apresentar a certidão de nascimento não quer dizer que ela seja realmente sua, e ninguém irá conferi-la — é o que permite, por exemplo, que

Barack Obama tenha chegado à presidência. Só que no Brasil isso não é uma fraude, mas um sistema de fraudes.

Vou ler agora estes textos e comentá-los:

Sem querer e, aliás, sem nada entender da situação em que se metia, esse garoto que apareceu fazendo onda a respeito de “filosofia analítica” fez algo de útil, como geralmente o fazem os palpiteiros extemporâneos aos quais por isso dou carinhosa atenção. (...)

Às vezes o pessoal reclama que respondo para tipos insignificantes, imbecis etc. Acontece que esses “imbecis” ilustram, precisamente, os defeitos de percepção que são endêmicos no Brasil. Em maior ou menor grau, todos no Brasil de hoje participam desses defeitos; alguns são mais inteligentes e os compensam de alguma maneira, mas todos foram educados no mesmo sistema socioconstrutivista e padecem disso em mais ou em menos. Uns permitem que esses defeitos cheguem a conseqüências graves na sua concepção de mundo; outros os corrigem de uma maneira ou de outra, mas no fundo todos da nova geração estão sujeitos a cometer esses mesmos erros.

Lembrou-me da conveniência de resumir aqui no Facebook algumas coisinhas que já andei, com outras mas semelhantes palavras, explicando em aula.

Tenho muito respeito e até admiração pelos representantes mais destacados da filosofia analítica, mas a deles é uma via que não posso adotar como prioritária, e muito menos como única, em minhas próprias investigações filosóficas.

Há muitas maneiras de explicar isso, mas esta é a mais simples e rápida. Tomo aqui como expressão adequada dos fins e métodos da filosofia analítica [como poderia tomar qualquer outro texto] estes parágrafos de Sir Michael Dummett, em *The Logical Basis of Metaphysics*, de 1991, e mostro como e por que esses fins e métodos, quando tento segui-los, levam-me a um estado de confusão do qual só posso me livrar se me livro, no mesmo ato, das exigências da filosofia analítica:

“A filosofia não pode nos levar mais além do que a habilitar-nos a dominar uma visão clara dos conceitos por meio dos quais pensamos sobre o mundo e, assim fazendo, a atingir uma apreensão mais firme do modo pelo qual representamos o mundo no nosso pensamento. É por essa razão e nesse sentido que a filosofia diz respeito ao mundo. Frege disse que as leis da lógica não são leis da natureza, mas leis das leis da natureza. Não faz sentido tentar observar o mundo para descobrir se ele obedece ou não a uma determinada lei lógica. Não se pode dizer que a realidade obedeça a uma lei da lógica; é o nosso pensamento sobre a realidade que obedece a essa lei ou a despreza. O que vale para os princípios da lógica vale mais genericamente para os princípios da filosofia. O oculista não pode nos dizer o que vamos ver quando olhamos em torno: ele nos fornece óculos que trazem para um foco mais acurado aquilo que vemos. O filósofo visa a realizar um serviço semelhante no que diz respeito ao nosso pensamento sobre a realidade. Isso significa, no entanto, que o ponto de partida da filosofia tem de ser uma análise da estrutura fundamental dos nossos pensamentos. O que se pode chamar de filosofia do pensamento subjaz a todo o restante.”

Diz ele que toda filosofia tem de começar com uma filosofia do pensamento, a qual tomará naturalmente a forma de uma filosofia da linguagem destinada a apurar os sentidos em que usamos as palavras e a tornar os nossos conceitos cognitivos ferramentas mais exatas, mais precisas em nossa apreensão do mundo; e é só assim que essa filosofia se referirá ao mundo. Note-se que antes de obter uma referência ao mundo é preciso ter examinado a estrutura do pensamento, a estrutura da linguagem e chegar a ter esses conceitos mais precisos, mais exatos; aí sim você se referirá ao mundo.

Começo por examinar o exemplo que de certo modo condensa tudo o mais. Ele é manifestamente falso. O oculista só pode nos prover de lentes que melhorem o foco da nossa visão porque, antes

disso, e como condição indispensável para isso, ele sabe nos dizer que a letra que vemos na parede é um *U* ou um *V*, um *E* ou um *B*. (...)

Ou seja, se não existisse uma referência a um objeto exterior, a atividade do oculista seria absolutamente impossível. Se só existisse, de um lado o olho do oculista e do outro lado o olho do paciente, seria impossível dizer quem está enxergando bem ou mal, porque enxergar é enxergar alguma coisa, e essa coisa não pode ser o próprio órgão que está enxergando, tem de ser alguma coisa que não seja ele. Ademais, isso se refere até mesmo à lente. Quando o oculista lhe entrega uma lente, você sabe que aquilo não é uma banana, um tatu-bola ou um elefante, mas uma lente. Só nesse simples ato já existe a referência a um objeto externo. Então, como é que o oculista não pode dizer o que você vai enxergar? É exatamente isso o que ele faz, aponta o quadro e pergunta: “Que você está vendo aqui, um quadrado ou um círculo?”, “Que letra é esta, *B* ou *P*?” Se você não souber, significa que está enxergando mal.

Que outra maneira existe de testar a visão? Pelo simples exame interno do olho isso seria impossível. O que justamente vai dar o diagnóstico é o confronto, a comparação que o oculista faz entre o que ele vê quando examina o olho do paciente e o que este vê quando olha o que está no quadro. Se não fosse essa comparação... Pelo simples estado interno dos olhos... Existem olhos que, quando são examinados, parecem estar num estado miserável; no entanto, estão funcionando. Portanto, não é o simples exame interno do olho que vai dar o diagnóstico, mas a avaliação da sua capacidade de enxergar um objeto. Se o próprio oculista não tiver a capacidade de enxergar o mesmo objeto e usá-la como parâmetro, como poderá fazer a comparação?

Não é possível que um homem considerado um dos maiores filósofos da língua inglesa escreva uma estupidez deste tamanho e ninguém perceba: “Os oculistas não podem dizer o que nós vamos ver, só podem nos fornecer lentes para termos uma visão mais acurada”. Mais acurada de quê? Daquilo que nós vamos ver. Ora, é claro que aí existe uma deficiência de percepção, ou pelo menos existe um salto entre o que o sujeito percebe na realidade e o modo como está dizendo; há no mínimo um defeito de expressão verbal. Defeitos como esse são comuns a praticamente toda a Escola Analítica; todos eles cometem esse tipo de coisa. Já veremos porque isso acontece:

É impossível corrigir a visão em si sem referência ao objeto que ela vê. Sem o objeto, ou fazendo abstração do objeto, a noção de “foco mais acurado” não faz nenhum sentido.

Se a função da filosofia é clarear os conceitos para torná-los mais exatos, e só por meio deles — e por nenhum outro meio — ela pode se referir à realidade, é fatal que ela não possa usar a realidade como medida de aferição da clareza dos conceitos (...)

Quer dizer que primeiro eu preciso ter os conceitos elaborados e claríssimos, para daí apreender a realidade; e se a realidade só é apreendida por meio desses conceitos mais elaborados e mais claríssimos, então ela por sua vez não pode ser usada como medida de aferição da clareza e exatidão dos conceitos. Ora, é claro que o sujeito está dizendo uma coisa inteiramente absurda.

Lembro-me do livro de Mario Ferreira dos Santos, *Grandezas e Misérias da Logística*, em que ele faz análises a respeito do pessoal da filosofia analítica, e ele mesmo fica escandalizado. O livro não foi propriamente “escrito”, mas ditado; por isso há ali uma espécie de grosseria da expressão oral, com vários cacoetes de linguagem. Esse livro, mal escrito como está, é muito mais claro do que os textos que o autor está analisando, pois não contém nenhum absurdo. Há, claro, imprecisões de linguagem, às vezes uma expressão grosseira ou alguns cacoetes como, por exemplo, o uso repetido da expressão “colombos retardados” (camaradas que descobriram agora coisas que João de São Tomás já sabia no século XV). O livro não é elegante, de maneira alguma, pois trata-se de expressão oral; às vezes parece até ingênuo ou vulgar. No entanto, as observações que ele faz são todas exatas e verdadeiras. É por isso, aliás, que sempre achei que as obras do Mario não poderiam

ser reeditadas no estado em que estão, na base de uma simples revisão de comparação entre várias edições, pois todas as edições têm os mesmos defeitos. Deve-se tomar consciência de que não se trata de um texto “escrito”, e de que ele não foi editado; não se trata de uma expressão escrita, mas de uma transcrição grosseira de uma expressão oral improvisada. Por isso, nunca dará uma idéia exata do pensamento do filósofo. É preciso dar uma redação ao material. Cada uma das hesitações e imprecisões da expressão oral teria de ser transformada em uma expressão escrita equivalente e estabilizada.

Por isso, acho um crime continuar reeditando os livros de Mario na base em que estão. Eu até dei como exemplo o livro de Bernard Lonergan, *Topics in Education*, que foi feito na mesma base (gravações transcritas de várias aulas), com uma equipe de mais de dez pessoas trabalhando em cima do texto durante cinco anos para estabilizá-lo. De fato, ficou muito bom. Com isso, obtém-se não só uma expressão muito mais elegante, bonita e elaborada, mas uma certeza científica razoável de que aquilo corresponde ao que o autor quis dizer naquele momento; ou seja, está escrito como se ele mesmo tivesse redigido, em vez de falado. O trabalho que tem de ser feito em cima dos textos de Mario é este: traduzi-los do oral para o escrito, não só literariamente, mas examiná-los cientificamente para ver se correspondem exatamente ao que ele quis dizer. Cada vez que você transmutar uma frase da expressão oral para uma escrita mais estabilizada, terá de conferir se aquilo equivale a outras menções que o autor fez ao mesmo tópico em outros escritos ou em outras transcrições. Isso para que você tenha certeza de estar falando de uma constelação de conceitos que estão realmente estabilizados.

O livro de Sir Michael Dummett também nasceu de uma fala transcrita. No entanto, o autor havia primeiro escrito um rascunho, o qual lia na hora das conferências, acrescentando alguns comentários. Depois disso, ele teve dois anos — com ano sabático, livre de qualquer preocupação — para redigi-lo. Mesmo assim, o livro saiu com inúmeros defeitos. Isso não é distração do autor, mas uma deficiência de pensamento: ele não sabe de que está falando. Nos livros da Escola Analítica encontra-se um desses por página. No *Tractatus Logico-Philosophicus*, de Wittgenstein, a coisa é absolutamente desesperadora: há no mínimo um erro de percepção por página; e conforme você vai lendo aquilo, vai aceitando as premissas. Acontece que o *Tractatus Logico-Philosophicus* é uma cobra que se morde pela própria cauda: o que ele [o filósofo] começa a dizer no começo, vai desfazer tudo no fim. Só que a conclusão a que chega é a seguinte: “Tudo o que eu falei é uma imensa besteira, porque sobre esse assunto não dá para falar”. Não dá para falar com essa *sua* [de Wittgenstein] linguagem! Se você partir de premissas absurdas ou que nada significam, como por exemplo “O mundo é o conjunto dos fatos”; ora, ninguém jamais viu um fato que estivesse fora do mundo, para depois poder formar os fatos e dizer “Isto é o mundo”. Não se pode definir o mundo assim.

Em primeiro lugar, nós já estamos imersos num mundo antes de que, dentro dele, distingamos qualquer fato em particular. O mundo não é o conjunto, mas o cenário onde se dão esses fatos. Além do mais, existem coisas que não são fatos, mas estão no mundo. Por exemplo, espaço e tempo não são fatos, mas a moldura onde se dão os fatos; você não os percebe como fatos, mas sabe que eles estão aí. Então tem de haver uma outra maneira de percepção pela qual tomamos conhecimento de espaço. Isso é o que eu chamo “conhecimento por presença”: o espaço não é percebido, mas você sabe que ele está ali porque você está presente dentro dele. *Nunca* o mundo poderia ser definido como o conjunto dos fatos. Agora, se você parte dessa premissa e continua raciocinando, você de fato entra em um círculo vicioso no qual, no final, vai chegar na mesma conclusão de Wittgenstein: “Do que não se pode falar deve-se calar”. Ora, por que então escreveu o livro? Ou seja, ele coloca premissas absurdas e depois as destrói. Mas para que fazer isso? Para mostrar dificuldade de falar sobre o mundo? Acontece que a dificuldade é dele; Wittgenstein não provou que todo mundo tem essa dificuldade.

Então a coisa torna-se um exercício lógico gratuito. Por exemplo, ao partir do princípio de que as bananas falam, continuo raciocinando e chego a conclusões absurdas que eu mesmo vou contestar, dizendo em seguida: “Do que não se pode falar deve-se calar”. O indivíduo está demonstrando a impotência da sua linguagem e, com isso, criando uma noção de que a impotência da linguagem é geral e universal. Para que isso? Isso é o que Ortega y Gasset chamaria de “Hércules de Feira”: o sujeito está lá na feira levantando peso e mostrando como ele é fortão; isto é, ele faz isso simplesmente para mostrar que é fortão, e a atividade se encerra na demonstração de força, que não serve para coisa alguma. Se esse sujeito, que é fortão, para levantar peso, conseguisse mostrar que essa força é aplicável ao mundo para fazer alguma coisa, então nós poderíamos de fato testá-lo e ver se a coisa funciona ou não. Mas isso é como certas provas que se dão na escola, que provam a capacidade do sujeito para fazer prova, mas não provam que ele entende do assunto.

Eu tinha um professor de biologia que dizia o seguinte: “Se em aula eu ensino ao sujeito o que é bicho-de-pé e ele responde direitinho na prova, mas depois eu chego na casa dele e vejo que ele está andando descalço no lugar onde as galinhas ciscaram, eu vejo que ele não entendeu o que é bicho-de-pé”. Saberemos se o sujeito tem ou não o conhecimento, não pelo que ele diz, não por sua capacidade de reproduzir a fórmula oralmente, mas por sua capacidade de reconhecer os objetos da fórmula no mundo e na situação real.

Essa foi uma conclusão a que cheguei há mais de 40 anos. Antes de publicar qualquer coisa, eu já tinha percebido isso. O conhecimento jamais se prova no enunciado de teses gerais, porque a tese geral, uma vez expressa, pode ser repetida indefinidamente. Por exemplo, uma fórmula como $E=MC^2$, qualquer jumento pode repetir. Agora, vejamos se diante de uma situação concreta a pessoa é capaz de aplicar essa fórmula como instrumento para entender a situação concreta.

É por isso mesmo que eu acho que foi muito bom ter de escrever esses artigos semanais. Embora, sob certos aspectos, o jornalismo seja uma atividade dispersante, ele tem o mérito de me obrigar a toda semana falar de alguma coisa que esteja acontecendo, não somente das minhas lindas idéias. Então, veremos se as minhas “lindas idéias” funcionam para analisar uma coisa que está acontecendo. Como é que eu sei que analisei corretamente? Pelo desenvolvimento posterior da situação; porque se eu equaciono os dados de um jeito, é evidente que, como aquilo é uma coisa que não existe abstratamente no mundo das idéias platônicas, mas que está no espaço e no tempo, as coisas irão continuar acontecendo e, pelo modo como eu as descrevi, só pode ter este ou aquele desenvolvimento. Se eu acertei em prever o desenvolvimento, a minha análise estava certa.

Vocês mesmos são testemunhas de que eu praticamente nunca errei em previsão alguma. Posso ter errado numa questão de tempo. Por exemplo, quando na primeira eleição do PT eu disse que eles iriam instituir o controle da opinião: não fizeram isso no dia seguinte, Lula não tomou posse e disse “Agora vocês só vão falar e publicar o que eu quero”, ele não fez isso, demorou muito tempo para isso acontecer. Na verdade, a coisa nem se manifestou durante o mandato de Lula; apareceu mais agora, no tempo da Dilma. Eu não disse que isso iria acontecer em uma semana ou em três anos; eu simplesmente disse que ia acontecer, não me aventurei a calcular um tempo. Mas de qualquer maneira a previsão estava correta. E esta foi a mais errada que fiz, porque passados três meses do mandato do Lula disseram: “Está vendo, ele não está controlando a mídia coisa alguma”. [Esperem um pouquinho que vocês vão ver já, já!]

Como é possível que, depois de tantas análises e previsões certíssimas, as pessoas não tenham feito ainda a seguinte pergunta: “Por que é que ele está acertando?”. Estou acertando porque estou usando uma coisa que vocês vivem arrotando, chamada “método científico”. Ou seja, estou raciocinando, não com base no que eu acho ou nas minhas impressões, mas com base nos documentos. Eu não digo por adivinhação o que o PT vai fazer, mas por ter lido os planos e as discussões internas do partido. As decisões reais que vão orientar as ações do partido não estão

alardeadas em sua propaganda ou em seus discursos parlamentares, estão expostas nos documentos e discussões internas. Portanto, a fonte que temos de ver são as discussões internas do partido.

Quando eu disse, por exemplo, no início do movimento gayzista no Brasil: “Daqui a pouco isso vai virar apologia da pedofilia; esperem que vocês vão ver a descriminalização da pedofilia; é uma questão de tempo.”. Eu sei disso, não porque fiz um raciocínio hiperbólico, do tipo “Se eles querem a liberação disso, depois vão querer a liberação daquilo”. Eu posso até fazer um raciocínio hiperbólico, mas seria um raciocínio meu, não deles. Como é que eu sei que é o deles? Ora, porque eu li nos documentos!

O teste do conhecimento não é jamais o enunciado de idéias gerais, mas a capacidade de usar essas idéias gerais como meio de conectar os dados da realidade que está acontecendo. No mundo das ciências físicas há o método experimental, em que se pode produzir certos acontecimentos em laboratório: são como que modelos em miniatura de processos que você supõe dar-se analogamente na realidade. Em ciências humanas nós não podemos fazer isso; eu não posso criar uma sociedade e fazer as pessoas agirem de um jeito ou de outro para ver no que dá. Então, a documentação é o equivalente, em ciências humanas, àquilo que é a experimentação nas ciências físicas; não há experimentação, mas observação. Logo, você poderia dizer: “Bom, mas isso não permite um nível de previsibilidade tão grande quanto nas ciências físicas”. Algum, pelo menos, permite.

Acabamos de ver que o homem diz: “Nós só podemos apreender a realidade através de conceitos elaborados.”. Isso implica, naturalmente, que a realidade não possa servir de meio de aferição da exatidão desses conceitos. Quer dizer então que você vai julgar a realidade pelos conceitos, não os conceitos pela realidade? Ora, se não tivéssemos uma noção anterior de realidade e essa noção não fosse válida, jamais poderíamos aprimorar qualquer conceito. Poderíamos aprimorá-lo no sentido de criar obras de arte, mas nunca dizer que a exatidão dos conceitos consiste na sua capacidade de apreender a realidade. Se a realidade só pode ser apreendida [pelos conceitos] e não há outro meio, ou esse outro meio irão chamar de senso comum, de percepção pré-crítica ou pré-filosófica — como aliás irão falar disso com o maior desprezo —, e só vão acreditar na realidade que os seus conceitos lhes dão, vocês estão operando em circuito fechado.

Como é que esse homem, que é o bam-bam-bam da Escola Analítica, não percebe isto? Eu, sinceramente, tenho vários motivos para acreditar que esse Michael Dummett é burro. Ele dá sinais disso a toda hora. Assim como o Mario Ferreira, no livro *Grandezas e Misérias da Logística*, pega para vítima o pobre do Bochenski e vai demonstrando que ele é burro. No fim você chega à conclusão de que é algo perfeitamente possível.

Se a função da filosofia é clarear os conceitos para torná-los mais exatos, e só por meio deles — e por nenhum outro meio — ela pode se referir à realidade, é fatal que ela não possa usar a realidade como medida de aferição da clareza dos conceitos, e só lhe reste esclarecer os conceitos um pelo outro; isto é, pela pura análise lógica, exatamente como um oculista que tivesse de prescrever lentes pelo simples exame interno do olho, sem testar a acuidade da visão de um objeto externo. Ou existe antes e por baixo dos conceitos um outro meio de acesso à realidade, e o uso e aprimoramento desse meio faz parte integrante da atividade (...)

Isto é absolutamente fundamental. Vou repetir:

Ou existe antes e por baixo dos conceitos um outro meio de acesso à realidade, e o uso e aprimoramento desse meio faz parte integrante da atividade filosófica, ou a noção de “apreensão mais firme do modo pelo qual representamos o mundo no nosso pensamento” não faz o menor sentido.

Ou seja, todo mundo admite que antes dos conceitos filosóficos existe alguma apreensão da realidade, e acredito que para que essa primeira apreensão da realidade tenha alguma validade nós precisamos aprimorar os nossos conceitos. Bom, eu não sou contra aprimorar os nossos conceitos, nem torná-los mais exatos, só que existe uma coisa que vem antes: aprimorar a própria percepção e os meios de simplesmente expressá-la. Ou seja, você tem uma primeira coisa, que é a apreensão da realidade. Essa apreensão não é igual e não é igualmente eficaz em todos os casos humanos — nem todo mundo percebe a mesma coisa do mesmo jeito. Portanto, existe a possibilidade de um aprimoramento: você perceber as coisas de uma maneira mais clara. Antes de elaborar conceitos filosóficos ou científicos descritivos, você precisa ter os meios expressivos. Nós não saltamos direto da percepção sensível para os conceitos científicos. Nós temos de ter a expressão bruta, e essa expressão bruta pode ser aprimorada. A prova disso é que existe uma coisa chamada “literatura universal”.

Por exemplo, é uma coisa arqui-sabida que os psicólogos, para descrever fenômenos psíquicos, utilizam-se abundantemente da documentação literária. Ao ler Freud, nota-se a toda hora citações de Homero, Shakespeare, Goethe etc., porque é ali que o autor encontra a expressão primeira e direta dessas experiências, já elaborada não cientificamente, não conceptualmente, mas literariamente. Aristóteles, 2.400 anos atrás, já dizia: “A nossa razão, a nossa inteligência racionante, não funciona diretamente em cima das experiências sensíveis.”. Passados 2.400 anos, esses caras não sabem disso ainda. Eu não raciocino sobre coisas, mas sobre imagens conservadas na minha memória. Se essas imagens não forem fiéis e significativas, o meu raciocínio vai escapar da realidade. Se eu tenho uma recordação falsa ou deformada daquilo que aconteceu, ainda que eu estabeleça o conceito mais aprimorado possível, ele não vai ter nada a ver com a realidade. Então, antes de aprimorar os conceitos, é preciso aprimorar a percepção, a memória, a imaginação e a expressão. Sem isso, são penas de amor perdidas.

Acontece que, em geral, as pessoas que se dedicam a essas coisas são da área de matemática, na qual a correspondência entre o seu conceito e a realidade não é problema de maneira alguma; o que importa é apenas a perfeição interna e a relação entre um conceito e outro. Trata-se, portanto, de pessoas que estão acostumadas a operar com estruturas formais, não com expressão da experiência real. Muito bem, sou inteiramente a favor de que se faça isso; porém, desde o começo eu lhes disse aqui que antes de entrarem nesse tipo de estudo, vocês teriam de adquirir uma cultura literária e histórica monstruosa para aprimorar a sua percepção antes de tentar formalizar conceitos.

Quando Aristóteles escala um novo discurso naquelas quatro faixas, ele vai daquele que é mais próximo da experiência sensível para o que é mais distante. Ou seja, o discurso poético é o primeiro dos discursos, porque é um discurso narrativo. Note-se que nas culturas mais primitivas, onde não tem ciência, não tem política organizada, não tem nada, eles têm a ordem narrativa. Até os botocudos mais primitivos que se pode imaginar têm uma narrativa mítica da origem da tribo. Todas as tribos têm isso. Por quê? É uma coisa muito simples: quando você vê alguma coisa que aconteceu na rua, sobre a qual não entendeu nada, e alguém lhe pergunta o que aconteceu, você faz uma narrativa, diz “Aconteceu isto, mais isto e mais isto”. Isso quer dizer que a ordem narrativa, ou expressiva, é o primeiro grau, não só da comunicação lingüística, mas da apreensão da realidade. Se essa expressão é tosca, inexata, disforme; se ela falseia, falsifica a percepção e a memória; então, por mais elaborados que sejam os conceitos descritivos que você vá usar depois, irão falhar.

A percepção da realidade tem de ser aprimorada através da cultura literária e artística, do diálogo humano, da confissão: você ser capaz de contar o que aconteceu. Depois de tudo isso, você pode aprimorar conceitos filosóficos. Eu sempre comparei a coisa com uma pirâmide. O que pode ser matéria do discurso poético é tudo aquilo que pode ser narrado, expresso ou descrito de alguma maneira. Ou seja, é o universo inteiro da experiência humana. Disso, eu pergunto: que pode ser objeto de “decisão” humana? Façamos a comparação. Quantas coisas eu percebi desde que nasci? É

incontável o número. Quantas decisões eu tive de tomar na vida? É um número bem menor, certamente. Isso quer dizer que aquilo que pode ser objeto de discurso retórico (discurso das preferências: eu prefiro isso, você prefere aquilo), o universo de objetos que podem ser alvo de discurso retórico é bem menor do que aqueles que podem ser objetos de discurso poético.

De tudo isso, que é alvo de decisão, eu pergunto: em quantas, das decisões que tomei, eu fui obrigado, fui levado ou quis fazer um exame racional da matéria para decidir a coisa com alto nível de probabilidade? São somente dois ou três casos na minha vida. Em geral eu decidi pela pura preferência, não fui obrigado a tentar transformar a confrontação retórica em uma comparação dialética científica. De tudo isso, quanto pode ser objeto de um discurso lógico coerente do começo ao fim? O *mínimo*.

Portanto [o que] nós temos é uma pirâmide: o discurso poético praticamente corresponde a todo o orbe da experiência humana acessível; o discurso retórico é uma faixa menor onde essa experiência já é compartilhada coletivamente por várias pessoas e pode ser objeto de escolha e ação humana; de tudo isso que é objeto de escolha e ação humana, algumas coisas se tornam alvo de discussão filosófica, e estas então estão submetidas ao discurso dialético. Por fim, você pergunta: “Quantos discursos analíticos, lógicos, coerentes existem no mundo? Pare para pensar nisso. Por exemplo, Espinosa, em sua *Ética*, apresenta as premissas e as vai desenvolvendo como se fosse algo geométrico. Quantos discursos desse tipo existem e são vigentes socialmente? O ideal de toda ciência é transformar-se em um discurso lógico, coerente do começo ao fim, cujas premissas sejam, de um lado os princípios da lógica, do outro os dados colhidos na realidade experimental. Quantas ciências chegaram a estruturar-se dessa maneira até hoje? A resposta é nenhuma. Até a mais coerente das ciências, que é a Física Quântica, não tem esse discurso; ao contrário, seu discurso está cheio de rombos no meio.

O discurso lógico é difícilíssimo, é o produto último e mais requintado da inteligência humana, a qual tem um alto poder de formalização — o que prova a perfeição maravilhosa da Lógica, da Matemática etc. Porém, ela tem uma dificuldade enorme de formalizar os dados da realidade, porque a realidade não obedece de fato à ordem do nosso procedimento lógico. Não estou dizendo que a realidade seja ilógica, não tem nada a ver com isso, essa é outra questão completamente diferente. Mesmo supondo-se que haja uma ordem lógica maravilhosa no fundo da realidade, ela não corresponde em primeiro lugar à maneira como estou estruturando o meu discurso.

Aqui nos EUA eles têm a expressão “*jump to conclusions*”: o sujeito coloca duas premissas e já tira uma conclusão. Logicamente, isso pode estar inteiramente certo — e em geral está. Ou seja, as conclusões que você está tirando são coerentes com as suas premissas. Só que faltaram algumas premissas no meio, faltaram outros dados. Isso mostra a defasagem entre o nosso processo de pensamento lógico e o processo de apreensão da realidade. Se não houvesse essa defasagem, todas as ciências estariam prontas no primeiro dia da criação. O simples fato de que haja uma história das ciências cheia de percalços, de dúvidas, de erros etc., já mostra que não é fácil fazer coincidir a ordem lógica do nosso pensamento com a ordem lógica subjacente à realidade.

Então continuemos aqui. Eu vou até repetir isto aqui:

Ou existe antes e por baixo dos conceitos um outro meio de acesso à realidade, e o uso e aprimoramento desse meio faz parte integrante da atividade filosófica (...)

Ou seja, aprimorar a percepção é aprimorar a expressão, a narração e a descrição. Isso é coisa básica.

(...) ou a noção de “apreensão mais firme do modo pelo qual representamos o mundo no nosso pensamento” não faz o menor sentido.

Com um simples parágrafo que pretende ser simples e didático, Sir Michael já nos colocou em um enroscado dos diabos. Mas a coisa piora um pouco quando ele tenta esclarecer, mediante novos exemplos, o sentido do que disse.

“Em ampla medida, a filosofia do pensamento foi sempre reconhecida como o ponto de partida da filosofia. A filosofia de Aristóteles começa com as “Categorias”; mesmo Hegel escreveu uma “Lógica” para servir de fundamento ao seu sistema.”

Os dois exemplos são falsos. O que “começa com as *Categorias*” não é a filosofia de Aristóteles, é a edição dos textos de Aristóteles por Andrônico de Rodes quase quatro séculos depois da morte do filósofo.

Quer dizer, ele põe em ordem o que chama de *Órganon*, que são os escritos sobre Lógica, e naturalmente põe as *Categorias*. Mas mesmo isso é falso. Eu disse que a filosofia de Aristóteles não começa com as *Categorias*, o que começa pelas *Categorias* são as edições dos textos por Andrônico de Rodes. Mas mesmo isso é falso, porque antes das *Categorias* tem um negócio que se chama *Da Interpretação*, onde ele [Aristóteles] vai distinguir, por exemplo, os termos unívocos dos equívocos, sinônimos dos antônimos etc. Ou seja, ele está partindo direto da base da percepção e da ligação mais imediata, entre percepção e linguagem, antes das *Categorias*.

Trata-se de um duplo erro. A filosofia de Aristóteles não poderia começar com as *Categorias*. E a filosofia da linguagem, que ele diz, seria impossível se já não tivesse antes uma apreensão da realidade, pela qual ele aferir o significado das palavras. Mesmo porque a nossa apreensão da linguagem faz parte da apreensão da realidade; se eu não tivesse os cinco sentidos e não estivesse presente num mundo, não ficaria sabendo da linguagem. A linguagem é um dos dados de experiência que chegam até mim no meio de tantos outros, e não é o primeiro. Você já viu algum bebê que já nasce falando? Se nascesse falando, já ia reclamar da palmada: [diria ao médico] “Sai pra lá rapaz; o que que é isso?”.

Até o bebê começar os primeiros rudimentos da linguagem, ele já tem de ter percebido muita coisa; não só percebido com os cinco sentidos, mas percebidos pela presença, como por exemplo com a percepção de espaço. Como sei que estou em um espaço se não posso percebê-lo? Se o sujeito disser “É uma conclusão que eu tiro”, não pode ser, pois essa premissa está subentendida na percepção de qualquer coisa. Portanto, existe um órgão na mente humana que percebe espaço e tempo, e esse órgão não são os cinco sentidos. Se dissessem que é uma idéia inata, eu diria que nesse caso ela estaria na minha cabeça. Porém, o fato é que não é o espaço que está dentro da minha cabeça, mas eu é que estou dentro do espaço e o percebo assim, não como uma idéia minha.

Então existe um meio de contato entre a mente humana e a realidade que é prévio até mesmo aos cinco sentidos, quanto mais à linguagem. Para mim ficou claro desde o início que este é o problema. Não é aprimorar a linguagem, não é aprimorar os conceitos, não é nada; é tomar consciência das condições fundamentais da presença e da percepção humanas. Acontece que esse pessoal começa a aprimorar a linguagem científica porque eles gostam disso, não porque isso seja a ordem natural das coisas, não porque isso seja uma exigência metodológica legítima.

Foi por isso que dei tanta importância à filosofia de Louis Lavelle, porque eis o autor que mais enfatiza o fenômeno da presença: a presença do universo e a nossa presença no universo. Ora, esse é o dado fundamental, essa é a experiência das experiências; e se não tivermos consciência clara do que ela é, tudo o que dissermos em seguida será bobagem, será *flatus vocis*.

Os dois exemplos são falsos. O que “começa com as *Categorias*” não é a filosofia de Aristóteles, é a edição dos textos de Aristóteles por Andrônico de Rodes quatro séculos depois da morte do filósofo.

E Aristóteles nunca disse que a filosofia começasse pelo exame do pensamento e sim pelo espanto diante de algum fenômeno (...)

Aristóteles diz que a filosofia começa com o espanto. Espanto com quê, com as *Categorias*? Quer dizer então que o sujeito nasce e diz: “Nossa, as *Categorias*; estou impressionadíssimo!” Não é possível uma coisa dessas. O espanto ocorre diante de algo que acontece na realidade, não na linguagem nem no pensamento. Portanto, seria absolutamente impossível começar uma filosofia pelas *Categorias*. Estas já são uma tentativa de descrever as diferentes modalidades de existência ou do ser. Quando digo que uma coisa existe, não significa que ela seja necessariamente um objeto; pode ser uma qualidade dela, ou a quantidade em que ela existe, o que ela está fazendo etc. Porém, tudo isso já está dado na experiência.

Com base em que Aristóteles começa a fazer essa divisão, ou classificação? Na análise da linguagem? Houve gente que foi suficientemente idiota para dizer que Aristóteles fez isso usando as categorias da gramática. Acontece que nesse tempo não existia gramática. As primeiras gramáticas apareceram mais de um século depois, baseadas nas *Categorias* de Aristóteles. Como ele pode ter lido uma gramática que foi publicada cem anos após a sua morte e ainda ter aplicado isso à sua filosofia? Essa besteira já apareceu em muitos livros e muitos professores repetem isso.

Como alguém poderia separar as classes de palavras sem ter uma noção de classes de coisas? É mais fácil distinguir entre a palavra “jacaré” e a palavra “equação”, ou distinguir entre a coisa chamada “jacaré” e a coisa chamada “equação”? É difícil expressar linguisticamente essa diferença. No entanto, na percepção você sabe se é um jacaré que você está vendo ou se é uma equação que você está pensando.

Ademais, as pessoas esquecem qual era a formação de Aristóteles. Toda a sua formação foi em Ciências Físicas. O pai dele era médico da corte do rei Filipe de Alexandria, e Aristóteles cresceu vendo esses fenômenos. Tanto que oitenta por cento da obra de Aristóteles não é Filosofia, mas Ciência Natural, é descrição de bichos, doenças, climas, topografias etc. Ele não passou a vida analisando palavras, mas olhando coisas e tentando classificá-las de algum modo.

Notem que nós não passamos da primeira página de Sir Michael Dummett. É por isso que eu não consigo ler muito esses autores, porque cada página me exige aceitar tantos erros, que se eu raciocinar pela linha deles, quando chegar à página dez, vou estar completamente louco. Esses livros não podem ser lidos direto; vocês têm de lê-los tentando imaginar o que o autor está fazendo: “Vamos tentar pensar assim para ver se dá, se funciona”. Se não funcionar, vocês não podem passar para o parágrafo seguinte.

E Aristóteles nunca disse que a filosofia começasse pelo exame do pensamento, e sim pelo espanto diante de algum fenômeno (...)

Fenômeno do mundo real...

(...) seguido da coleta, e comparação das “opiniões dos sábios” sobre o assunto. (...)

Ou seja, o espanto sugere uma pergunta; esse é o dado natural, por assim dizer. Mas você não vai olhar esse dado natural só com os critérios que tem, porque você sabe que aquela experiência não foi somente sua; houve outras pessoas que já a descreveram de algum modo. Com isso, você irá pegar um dado natural e tentar equacioná-lo, segundo o dado cultural correspondente. Ou seja, você não é o primeiro que aparece sobre a terra, e tem de saber como os outros viram as coisas também. Então, a comparação entre as opiniões dos sábios é feita baseada na experiência da realidade — você tem a sua experiência e vai compará-la com a experiência que outros tiveram.

Pior ainda: quando vai estudar mais especificamente o processo do conhecimento humano, Aristóteles não começa jamais pelo “exame do pensamento” e sim pelo da percepção sensível. (...)

Leiam na *Metafísica*: Aristóteles não começa falando da linguagem, do pensamento ou da Lógica, mas dos sentidos, da memória, imaginação etc. Esse é o verdadeiro começo.

Quanto a Hegel, o essencial do seu sistema já estava formulado na *Fenomenologia do Espírito*, cinco anos antes de que ele produzisse a Lógica. (...)

Então como dizer que o fundamento de Hegel é a Lógica? Primeiro ele percebeu certas coisas, depois justificou *ex post facto* pela Lógica; e essa Lógica não é de maneira alguma uma lógica, mas sim uma ontologia. Dizer que aquilo é uma filosofia do pensamento? Se você falasse em filosofia do pensamento para Hegel, ele lhe mandaria para aquele lugar. Ele diria: “Eu não lido com pensamento, eu lido com a realidade.”. Hegel acreditava firmemente que as categorias do pensamento são as categorias da realidade.

Por que Sir Michael nos confunde dessa maneira? Já explico. Ele prossegue:

“Onde a moderna filosofia analítica difere das filosofias anteriores, é que ela está fundada numa análise muito mais penetrante da estrutura geral dos nossos pensamentos do que jamais estivera disponível nas eras passadas — análise que foi iniciada por Frege em 1879. O avanço alcançado primeiramente por Frege foi imenso. Frege encarava a sua notificação de quantificadores e variáveis menos como um meio de analisar a linguagem que temos do que por um instrumento para substituí-la por um simbolismo melhor desenhado para transmitir um rigoroso raciocínio dedutivo.” (...)

Isso é verdade. Frege não está analisando a linguagem real que nós usamos, mas criando outra linguagem, para criar uma conexão dedutiva mais perfeita, evitando assim que existam saltos intuitivos ou imaginativos no raciocínio — o que é a pura verdade. Porém, quem disse que fazendo isso você alcançará uma melhor apreensão da realidade? Você irá alcançar um raciocínio mais perfeito, as conclusões que você tirar estarão mais firmemente atadas às suas premissas do que antes. Isso ninguém nega. Porém, se o que aconteceu foi que você justamente saltou sobre o aprimoramento da percepção e o aprimoramento da sua expressão inicial, quem disse que criar um sistema dedutivo mais perfeito irá facilitar a sua apreensão da realidade? Você está aqui criando um aparato dedutivo maravilhoso sem ter a menor idéia de como isso vai se conectar depois com a realidade. A realidade já estava dada antes que Frege começasse isso. Antes de começar a criar o seu sistema de notações, Frege já existia neste mundo. E qual era a experiência básica da presença dele neste mundo? Não sabemos, ele nunca disse uma palavra a respeito. Então eu comento:

Desde logo, que é “a linguagem que temos”?

Ele [Sir Michael] diz que Frege não está analisando a linguagem que temos, mas está criando uma outra linguagem.

Que é a linguagem que temos? É uma realidade, um dado da experiência. As pessoas comuns acreditam que têm acesso direto a essa realidade na experiência da fala de todos os dias. Mas se o filósofo analítico exclui do seu campo de ação o trato direto com a realidade e só chega a ela por meio de conceitos, como pode ele saber se a linguagem tal como ele a conceitua é de fato a “linguagem que temos”? (...)

Uma coisa é a linguagem que nós falamos realmente, que aprendemos desde a infância etc. Isso é um fenômeno da realidade, não é algo que eu criei. Se eu “criar” uma linguagem, como é que depois eu poderei saber se a linguagem que temos é realmente a linguagem que temos? Isso só pode ser percebido na própria experiência: você aprendeu alguma linguagem que lhe foi ensinada — ela

é um dado da realidade entre outros —, a qual você não apenas usa, mas vê as pessoas usando, e desse uso observado vai aprendendo aos poucos a manejar a linguagem. Isso é um dado da realidade. Criar uma linguagem artificial não tem absolutamente nada a ver com “a linguagem que temos”. Portanto, todo o sistema de notações de Frege, não pode jamais me informar se a linguagem que temos é realmente a linguagem que temos.

Aqui, novamente, ou a filosofia lida diretamente com a realidade anterior aos conceitos, ou um conceito como “a linguagem que temos” não faz o menor sentido.

Isso porque a linguagem que temos é a linguagem que nos chegou na realidade, não no sistema de Frege.

Em segundo lugar, quando substituímos “a linguagem que temos” por um simbolismo “melhor desenhado para transmitir um rigoroso raciocínio dedutivo”, já não temos nenhum meio de averiguar se esse simbolismo nos fornece realmente uma apreensão mais firme do modo pelo qual representamos o mundo no nosso pensamento. Isso pela simples razão de que representar um mundo no nosso pensamento é uma atividade real da nossa mente, e para sabermos algo dela temos de apreender essa atividade diretamente em vez de só chegar a ela por conceitos. (...)

Ou seja, antes de obter os famosos conceitos mais aprimorados você já está pensando. O pensar faz parte da experiência da realidade. Tales, um dos meus filhos, quando era pequeno chegou para a mãe e disse: “Mãe, às vezes eu estou falando, mas não é que eu estou falando, é só na minha cabeça.” Ela respondeu: “Pois é, isso chama-se *pensar*.” Então ele disse: “Você também faz isso?”. Trata-se de uma experiência que ele teve, na qual descobriu que pensava, assim como descobriu que seu corpo pesava, descobriu que tinha fome, descobriu a diferença entre dormir e estar acordado, e assim por diante. Isso é um dado da experiência.

Ou seja, o filósofo novamente tem de incorporar na sua atividade o trato com entes que não são conceitos, e não pode de maneira alguma fazê-lo exclusivamente por meio de um “simbolismo melhor desenhado” (...)

Inventar um simbolismo que seja, onde os pensamentos estejam mais firmemente atados uns aos outros, é uma coisa; ter a experiência real da linguagem, que é anterior, é outra.

A análise do discurso é decerto uma ferramenta poderosa para alcançar “um rigoroso raciocínio dedutivo”, mas ela só vale quando a filosofia não começa com ela (...)

Isso não pode ser jamais a primeira coisa. Quer dizer: “Cheguei aqui no mundo, como é que vou fazer para apreender a realidade? Já sei, vou inventar um simbolismo, um sistema de notações que seja diferente da linguagem que todo mundo está usando.” Ora, isso não tem absolutamente nada a ver com apreender a realidade.

Vocês devem se lembrar das primeiras aulas deste curso, em que dou aquele exercício do Narciso Irala, para que vocês aprendam a distinguir nas suas atividades mentais quais são receptivas e quais são emissivas, ou construtivas. Faltou Sir Michael Dummett e o próprio Frege fazerem esse exercício. Eles estão confundindo as atividades construtivas com as atividades receptivas ou perceptivas. Isso é uma má formação intelectual, onde o gosto que o sujeito adquire por certas atividades faz com que ele as privilegie na ordem da realidade — como se a ordem dos seus estudos devesse ter prioridade sobre a ordem da realidade.

Quando eu nasci no mundo, este chega a mim tal como ele é. Não fui eu quem o inventou, eu não o criei. Não é justo eu fazer as minhas escolhas posteriores se tornarem o critério de conhecimento da realidade, porque para isso eu já preciso ter algum conhecimento anterior da realidade. Por exemplo, se aos quinze anos de idade eu decido ser pintor, vou tentar olhar as coisas como pintor,

não como músico. Isso significa que eu estarei mais interessado na figura estática que os objetos representam em certo momento do que no fluxo das suas transformações no tempo, que não é representável pela pintura. Do mesmo modo, se eu for músico, vou estar mais interessado em seqüências de sensações do que na figura estática do que quer que seja, porque eu não posso compor uma música com duração instantânea, ela tem de durar pelo menos dois segundos, algum fluxo de tempo é preciso haver.

Ora, o fato de eu optar por uma coisa ou outra, não significa que o espaço ou o tempo deva predominar. O espaço e o tempo chegam a mim na ordem em que eles querem, e não naquela que eu escolhi. Do mesmo modo, eu criar um sistema de notações para criar um raciocínio dedutivo mais coladinho não tem nada a ver com a experiência da realidade que tive antes disso, e não pode me ajudar em nada, porque sempre será a realidade que irá servir de medida de aferição.

Por exemplo, quando se fala em experimento científico, ele é como se fosse uma realidade em miniatura. Mas onde se cria essa realidade em miniatura? Em um laboratório que existe realmente, cuja existência não faz parte da experiência. Esse laboratório está em algum lugar durante algum tempo; se estiver em lugar nenhum por tempo zero, ele não existe. Isso quer dizer que a experiência de laboratório é uma seleção, um recorte da experiência feito dentro da experiência prévia, senão ela não poderia ser feita.

(...) A análise do discurso é decerto uma ferramenta poderosa [...] mas ela só vale quando a filosofia não começa com ela (...)

Então, ao contrário do que diz Sir Michael Dummett, a filosofia tem de começar pela análise da experiência real pré-conceitual, não pela análise do pensamento.

Quando um de seus alunos dizia querer estudar Nietzsche, o velho Heidegger recomendava: “Sim, faça isso, mas primeiro, quatorze anos de Aristóteles.” *Mutatis mutandis*, e sem querer macaquear um filósofo que não está entre os santos da minha devoção (...)

Todo mundo sabe que eu não gosto nem um pouco do Heidegger, embora tenha certa admiração por ele.

(...) quando alguém me diz que quer estudar filosofia analítica, eu respondo: Sim, faça isso; mas, primeiro, quatorze anos de Louis Lavelle.

Para se vacinar contra essa coisa [a filosofia analítica].

A clareza lógica é um ideal desejável para um filósofo?

A coisa mais fácil do mundo é proclamar, com a Escola Analítica, que o filósofo deve usar uma linguagem clara e provar logicamente o que diz, mas essa mesma asserção falha em atender à dupla exigência que ela mesma formula. De um lado, a clareza literária é uma coisa, a clareza lógica é outra. A primeira consiste em evocar imediatamente e sem dificuldade — no leitor ou ouvinte —, as ideias e imagens desejadas. É uma questão de talento e prática. Já a clareza lógica consiste em ter todos os conceitos perfeitamente definidos e perfeitamente encadeados uns aos outros por nexos lógicos passíveis de ser explicitados e justificados um a um. (...)

É o ideal do Frege: o raciocínio lógico onde cada afirmação está atada à seguinte por nexos lógicos visíveis. O negócio é evitar o salto intuitivo, aquele mesmo salto que Kurt Gödel demonstrou que tem de estar presente — está sempre presente. Ou seja, todo esse problema da Filosofia Analítica já estava resolvido por Kurt Gödel, que disse: “É impossível, não vai dar”. Ele demonstrou que até na Aritmética Elementar existem saltos intuitivos. Ou seja, a Aritmética Elementar não é totalmente formalizável.

Desde logo, a clareza do discurso literário, mesmo longo, reside numa resposta interior imediata que desperta no leitor; a clareza lógica de uma afirmativa qualquer, por mais simples que seja, reside num segundo discurso, muito mais complicado, composto de muitas afirmativas, cada uma delas por sua vez requerendo mais explicações.

Então, quer dizer, a clareza da expressão comum — que é a mesma do discurso literário —, é a reação imediata que desperta a um leitor: eu falo “jacaré”, o sujeito pensa em jacaré e sabe do que estou falando; quando eu falo “sua mãe”, ele sabe que não me refiro à minha mãe. A clareza lógica consiste na definição dos termos e na explicitação dos nexos lógicos; portanto, num segundo discurso muito mais longo do que o primeiro.

Por exemplo, digo: “O gato está no sofá”. Literariamente, não pode haver sentença mais clara.

Porque se você está presente, você sabe de qual sofá estou falando, de qual gato estou falando e você sabe o que é “estar”.

Para dar-lhe clareza lógica seria preciso, em primeiro lugar, definir todos os termos.

Ou seja — preste atenção — quando eu falo “O gato está no sofá”, o entendimento que você tem disso não é lingüístico, é um entendimento físico, pois você entende que algo está acontecendo no campo da realidade física, no espaço-tempo em que você está. Se eu definir todos os termos, para cada um tenho de criar um novo discurso. O entendimento lógico, portanto, seria eminentemente lingüístico e não sensível.

Para dar-lhe clareza lógica, porém, seria preciso, em primeiro lugar, definir todos os termos. Que quer dizer “gato”? (...)

Não tenho uma definição de gato. Posso buscar um na biologia, posso buscar dados mitológicos, posso buscar o que eu quiser e a definição será muito mais difícil do que simplesmente reconhecer o que é um gato. Então, isso quer dizer que na comunicação usual e na comunicação literária você está sempre se referindo a entes do mundo; pode ser do mundo físico ou do mundo externo. Por exemplo, se eu digo “tristeza”, você sabe o que significa, porque você já teve alguma. A sua não é a minha, pode haver diferença de nuance e de situação etc., mas a referência que você busca é na sua experiência real.

Que quer dizer “estar”? (...)

Por exemplo, sabemos que em inglês não existe o verbo “estar”, só existe o verbo “ser”. Muitas línguas são assim. Então como é que digo “ser”? *To be*. Como é que digo “estar”? *To be*. Isso quer dizer que para eu explicar isso em inglês preciso de cinco, seis ou sete palavras.

Que quer dizer “sofá”? E que querem dizer, ó raios, “o” e “no”? (...)

Defina “o”. Você vê que cada uma dessas operações é muito difícil. Para definir o “o”, você pode precisar de várias páginas e muitas distinções.

Uma vez definidos esses termos no seu sentido geral, seria preciso distinguir entre as entidades e relações genéricas e seus correspondentes individuais e concretos na situação dada. (...)

Quer dizer, se eu tiver já definido “gato”, “sofá”, “estar”, “o” e “no” ainda vai haver uma diferença entre essa frase no sentido geral e este gato específico que estou apontando. Então, você precisaria introduzir novos signos diferenciais para distinguir entre o que é um gato geral estar num sofá geral

e este gato estar neste sofá neste momento. Imagine então a profusão de signos e de distinções que eu precisaria introduzir só para fazer isso; eu precisaria escrever um tratado completo para explicar o que quer dizer “o gato está no sofá”.

Qual a diferença entre “gato” em geral e “este gato” em particular? E, como um gato não pode dormir num sofá genérico, a mesma pergunta teria de ser respondida quanto ao sofá. (...)

Qual a diferença entre “sofá” e “este sofá”? Pior ainda: é impossível definir este sofá sem me referir à percepção sensível e usando somente elementos lingüísticos. Mesmo que eu escrevesse a Enciclopédia Britânica inteira, não conseguiria fazer isto.

Já para explicar o “o”, o “no” e o “estar” seria preciso recorrer à distinção escolástica entre termos categoremáticos e termos sincategoremáticos (...)

Quer dizer, termos que se referem a entes e termos que se referem às relações lógicas entre entes e assim por diante.

Toda essa operação é tão complexa, que ou requereria centenas de páginas para ser completada, ou teria de recorrer, mais provavelmente, à técnica de notação simbólica criada por Gottlieb Frege. (...)

Ou seja, seriam tantas palavras, que não daria. Então vamos usar uma notação mais simplificada: pega aí o Frege, estudamos e botamos X , Y , B , D . Isso de fato ajuda, quer dizer, reduz as suas centenas de páginas a um texto simbólico de doze páginas após anos de trabalho.

E note-se que até aqui estou me referindo apenas aos esclarecimentos dos termos em si mesmos, e nem entrei na questão dos nexos lógicos entre eles.

Qual a diferença essencial entre a clareza literária e a clareza lógica? Na primeira, a presença de um “mundo” como mediador entre o falante e o ouvinte preenche os hiatos da linguagem. (...)

Eu digo que o gato está no sofá, você ouve “O gato está no sofá”. Entre o que eu disse e o que você ouviu existe a mediação do gato e do sofá, que estão no espaço-tempo. Ou seja, você não está captando apenas uma mensagem lingüística, mas uma referência a algo. Mesmo que fosse apenas uma referência lingüística, ela precisaria estar presente na experiência real. Por exemplo, se digo “Aquilo que eu disse ontem”, você se lembra do que eu disse ontem. É por isso mesmo que você entende o que estou falando. E onde que eu disse algo ontem? Foi só no meu universo lingüístico ou você o ouviu no espaço-tempo, porque quando falei isso criei uma vibração sonora que através da atmosfera chegou ao seu ouvido? Foi no mundo real que eu disse isso.

Na primeira, a presença de um “mundo” como mediador entre o falante e o ouvinte preenche os hiatos da linguagem. No segundo, esses hiatos têm de ser preenchidos por outras palavras, ou sinais quaisquer, refazendo artificialmente, no microcosmo da linguagem, toda a rede de nexos que, no “mundo”, estão dados imediatamente.

Então, que é mais importante, mais urgente, mais relevante e mais digno de atividade filosófica: eu tentar refazer todos os nexos lingüisticamente ou eu me aprofundar na percepção de um mundo que serve de mediador entre a minha fala e a sua audição? É claro que o sujeito só vai escolher a linguagem não por uma hierarquia objetiva de importância e de validade, mas pela sua vocação pessoal — eu gosto mais de lidar com linguagem, sinais matemáticos do que com a realidade, então fico lá, assim como um sujeito que gosta de jogar xadrez. Trata-se de um gosto pessoal por certo tipo de formalismo. Assim como, por exemplo, um desenhista ou pintor tem um gosto pelo formalismo gráfico — ele gosta de ver formas gráficas —, o sujeito que é matemático gosta de ver sinais abstratos, sinais matemáticos — ele gosta de lidar com isso.

Mas que tem a ver essa preferência pessoal com a ordem das coisas no mundo? Não é porque tenho vocação de desenhista e não de músico que devo decretar a prioridade do espaço sobre o tempo. Não é nem do espaço, é espaço bidimensional.

Veja os desenhos de Asher. Que ele faz? Pega as regras do espaço bidimensional, do espaço plano, e as aplica ao espaço. Ele faz isso porque é um desenhista e não um escultor. Seria possível você criar no espaço real uma escada como aquelas que o Asher desenha? Não, porque elas desmentem a estrutura do espaço tridimensional e a submetem ao bidimensional. Então, porque sou um desenhista e não um escultor, para mim o espaço bidimensional que é um espaço plano, agora passa a ser a estrutura da realidade. O que esse pessoal faz é exatamente isto: pegam a sua vocação pessoal, a sua preferência pessoal e a colocam no topo da estrutura da realidade. Eu percebi isso muito cedo. Percebi que o que eu queria fazer, o que eu gostava ou deixava de gostar não pesava em absolutamente nada na ordem das coisas e que eu ia ter de tentar olhar as coisas por direções e por perspectivas que me eram totalmente estranhas.

Quando eu era mais jovem — por volta de doze, treze anos —, o meu talento específico era eminentemente um talento pictórico, de desenhista; era o que eu fazia. Então eu poderia ter continuado raciocinando por aí e submeter tudo à minha visão do espaço bidimensional.

Quando mais tarde me aparece, por exemplo, o problema da ordem narrativa, aquilo era uma coisa totalmente estranha para mim. Como é que a gente conta uma coisa que aconteceu? Comecei a ler então romances, contos etc., e eu pensava: “Como é que eu posso desenhar isto?” Ia chegar uma hora que eu ia dizer “Não posso, não há um jeito”, porque os desenhos terão de ser separados; portanto, não vai haver a continuidade da ação no tempo; posso desenhar instantes da ação.

Daí você vai dizer: “Ah, mas o Cinema resolve esse problema”. Não, não resolve. Numa película cinematográfica você tem vinte e quatro imagens por segundo. Antigamente, no cinema mudo, eram dezesseis — é por isso que quando você passa numa máquina moderna parece que todo mundo está apressadinho. Isso quer dizer que você não está dizendo uma ação, você subdividiu, ali só tem imagens estáticas; passando as imagens estáticas muito rapidamente, você dá a ilusão de movimento. Nessa época eu me divertia fazendo vários desenhinhos que subdividiam uma ação. Por exemplo, a cena de um sujeito dando uma porretada na cabeça do outro: primeiro tinha um desenho de um porrete erguido numa posição, depois outro desenho numa posição um pouco mais para baixo, depois outro um pouco para baixo, depois outro e outro; e eu fazia tudo aquilo num bloquinho e o folheava rapidamente, daí aparecia o sujeito dando a porrada na cabeça do outro. Ou seja, criei uma ilusão de ação, de movimento, pela sucessão de desenhos que é exatamente a técnica do desenho animado.

Depois fiz um curso profissionalizante de cinema de dois anos na Comissão Estadual de Cinema e cheguei à conclusão de que eu não tinha nenhum talento para aquele negócio. Aquilo era muito interessante, era maravilhoso, mas eu simplesmente não servia para aquela coisa. O mesmo quanto ao curso de teatro que fiz. Veja, no curso de cinema, você está aprendendo a colocar uma imagem atrás da outra para criar uma ilusão de movimento; no curso de teatro você tem de presentificar essa ação com o seu corpo, é um problema totalmente contrário. Quer dizer, tive de estudar coisas para as quais eu não tinha o menor talento e que estavam totalmente fora do meu universo na verdade, mas que foram me dando aos poucos a noção do que é experiência real e de como é complexa a sua representação mental.

Agora, o sujeito vem me dizer: “Ah, nós vamos criar um sistema de signos e vai ficar tudo melhor.” Não, isso não vai melhorar nada. Um sistema de signos vai melhorar o quê? Um sistema de signos! Como é que essas pessoas que são sumidades da filosofia internacional não percebem uma coisa dessas? É simples: eles nunca pensaram no problema da realidade, nunca na vida. Já

começaram a se dedicar às atividades acadêmicas desde muito jovencinhos. Atividade acadêmica, meu filho... Que é uma escola? Uma escola é um ambiente artificial, um teatro onde nada é estudado na realidade, tudo é estudado no seu modelito recortado para fins pedagógicos. Então, por exemplo, você pode estudar a arte da guerra do Clausewitz — está tudo muito bonito —, de repente te jogam num campo de batalha. É uma coisa completamente diferente, porque no Clausewitz você está olhando a guerra desde uma altura — você está como Napoleão do alto da montanha observando o campo de batalha e vendo o movimento. Mas e se você está lá no meio? Você não está enxergando é nada. Eu li muitas descrições de soldados sobre experiências de guerra, e a coisa mais notável é aquela frase: “Não estou entendendo nada; não sei onde eles estão, não sei quem está atirando em mim, não sei o que está acontecendo, estou naquele: ‘oncotô, doncovim, proncovô’”. Isso é universal.

A guerra verdadeira é uma tensão entre essas duas perspectivas. As duas são legítimas, as duas são verdadeiras, mas nenhuma delas é “a guerra”. Então, o sentido concreto da experiência da guerra só poderia ser alcançado mediante várias conversões de uma linguagem na outra, e não na aquisição de uma linguagem formal mais perfeita. Essa conversão das linguagens é precisamente o tema dos quatro discursos de Aristóteles, que é o da transformação dos símbolos, e que é uma coisa à qual Eric Voegelin se refere muitas vezes: como é que a experiência vai se condensando em símbolos e esses símbolos depois se transformam em idéias — quer dizer, de um único símbolo vem um monte de idéias? Só que se você procura em Eric Voegelin, ele não explica em nenhum lugar como isso acontece. Ele sabe que acontece, está consciente de que acontece e entende o processo, mas ele não o explica. Então qual é a explicação? A explicação está nos quatro discursos de Aristóteles, e é por isso que esta é a disciplina básica: os quatro discursos de Aristóteles. Isso é o começo do aprendizado, o começo da filosofia, e o discurso poético não começa com a expressão poética, mas com a apreensão da realidade em toda a sua plenitude.

Mas, como a unidade do mundo é a unidade concreta de um contínuo espaço-tempo e a da linguagem é apenas a unidade virtual que as regras da gramática e da lógica estabelecem entre sinais que permanecem separados entre si (...)

Então, por exemplo, o gato está deitado no sofá; ele está fazendo tudo isso ao mesmo tempo: ele é um gato, ele está deitado e ele está no sofá. Agora, para dizer isso eu tenho de separar: o/gato/está/deitado/no/sofá.

(...) haverá sempre por isso uma margem de imprecisão que terá de ser preenchida por novas palavras ou sinais, de modo que o esclarecimento lógico de uma sentença banal pode se prolongar quase indefinidamente.

Essa é a experiência do Wittgenstein. Depois daquela primeira fase em que ele tentou o discurso uniformemente coerente e viu que não dava, ele disse: “Ah, então vou tentar fazer o contrário, vou pegar sentenças de uso diário e vou tentar analisá-las para chegar num nível de formalização maior. Ele viu que uma sentença como “o gato está no sofá” pode ser objeto de análise indefinidamente, não vai acabar nunca. É muito mais rentável partir para a análise da experiência pré-formalizada do que tentar uma formalização perfeita, que é desnecessária; porque não precisamos da linguagem perfeita, já que entre o que digo e o que você ouve existe um mediador chamado mundo, e tudo o que nós dizemos está se referindo a este mundo. Portanto, o problema não é jamais o da precisão formal da linguagem, mas o da presença no mundo.

Por hoje é só. Para as pessoas interessadas no curso sobre Política, ele será dado só presencialmente, não será transmitido por *internet* — é impossível fazer isto. As aulas serão diárias durante três meses e dentro desses três meses haverá outros cursos menores que vou mandar as pessoas fazerem em outros lugares — curso de uma semana, dez dias etc. que vão complementar isto aqui. As pessoas vão ter de estar aqui fisicamente. Os que estiverem interessados, façam um

aviso preliminar ao eduy.ferro@gmail.com. Este é só um aviso preliminar. Dessas pessoas que avisarem, vou em seguida entrar em contato, marcar uma entrevista com cada um por *Skype* para ver realmente se é a vocação do camarada ou se ele está apenas com curiosidade.

Claro, eu adoraria dar esse curso para um público mais geral que tenha apenas curiosidade, mas no momento não dá para fazer isso. É uma questão de urgência fazer um curso de formação de liderança. Existem alguns cursos aqui para os quais vou mandar as pessoas também. São cursos mais breves, mas que serão integrados no meu curso de qualquer maneira. Então, por isso mesmo as pessoas têm de estar fisicamente presentes.

Não sei quantas pessoas vão se inscrever, mas não creio que tenhamos a condição de ter aqui mais de vinte ou trinta pessoas — trinta pessoas já é um absurdo. Entrarei em contato com cada um pelo *Skype* para discutir o problema da sua vocação, se é isso mesmo que você quer e depois disso ainda farei uma segunda seleção até chegar nos vinte ou trinta. Agora, é claro que se houver duzentas pessoas inscritas não terei condições de fazer uma entrevista com todas. Nesse caso, vou ter de encontrar uma outra solução. Mas estou prevendo que vão aparecer entre cinquenta e setenta, daí eu conversaria com cada um.

Eu queria muito agradecer ao Fabio Lins pelo artigo muito generoso que ele escreveu a meu respeito no *Mídia Sem Máscara*.

Até a semana que vem. Muito obrigado.

Transcrição: Cláudia Makia, Charles Santos e Felipe Vitorino.
Revisão: Robson Fernandes